

Transportadora  
Associada  
de Gás S.A. - TAG  
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -  
Petrobras)

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016 e  
relatório dos auditores  
independentes**

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Índice

---

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração de Resultado .....	8
Demonstração de Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Demonstração do Valor Adicionado .....	12
Notas explicativas.....	13
1. A Companhia e suas operações .....	13
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras .....	15
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia .....	16
4. Sumário das principais práticas contábeis.....	18
5. Estimativas e julgamentos relevantes.....	21
6. Novas normas e interpretações.....	22
7. Contas a receber .....	24
8. Investimentos.....	25
9. Imobilizado.....	26
10. Fornecedores.....	26
11. Financiamentos .....	27
12. Arrendamentos mercantis .....	28
13. Partes relacionadas.....	28
14. Tributos.....	29
15. Patrimônio líquido .....	31
16. Receita de serviços .....	33
17. Outras receitas (despesas) líquidas .....	33
18. Despesas por natureza.....	34
19. Resultado financeiro líquido.....	34
20. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa .....	34
21. Processos judiciais e contingências .....	35
22. Gerenciamento de riscos.....	37
23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros .....	39
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	40



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
Transportadora Associada de Gás S.A. -TAG  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Ênfases**

### **Investigação da Operação Lava Jato**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que descreve o estágio atual das investigações relacionadas com a "Operação Lava-Jato". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou informações adicionais que impactasse a metodologia de apuração do ajuste por baixa de gastos adicionais que foram capitalizados indevidamente na aquisição do imobilizado e que pudessem afetar as demonstrações financeiras do exercício findo nessa data. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Transação com partes relacionadas**

Chamamos a atenção para o fato que a totalidade das operações de prestação de serviço relacionadas ao transporte de gás é realizada com a Petroleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 13 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de março de 2017, sem modificação.

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira  
Contador CRC RJ-087095/O-7

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Contas a receber, líquidas	7	3.456	1.904	Fornecedores	10	175	96
Imposto de renda e contribuição social	14.1	33	127	Financiamentos	11	878	874
Impostos e contribuições	14.1	80	358	Arrendamento mercantil financeiro	12	-	21
		<u>3.569</u>	<u>2.389</u>	Imposto de renda e contribuição social	14.1	50	57
				Impostos e contribuições	14.1	43	111
				Dividendos propostos	15.4	499	994
				Juros sobre capital próprio a pagar	15.4	-	212
				Outras contas e despesas a pagar		46	31
						<u>1.691</u>	<u>2.396</u>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	11	3.003	3.808
Depósitos judiciais	21.2	83	112	Arrendamento mercantil financeiro	12	-	914
Imposto de renda e contribuição social	14.1	13	12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.3	91	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.3	-	546	Provisão para processos judiciais	21.1	21	5
Impostos e contribuições	14.1	18	17	Adiantamento para aumento de capital	13	-	3.695
Adiantamento a fornecedores		4	4	Outras contas e despesas a pagar		51	51
Outros ativos realizáveis a longo prazo		99	78			<u>3.166</u>	<u>8.473</u>
		<u>217</u>	<u>769</u>			<u>4.857</u>	<u>10.869</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	8	-	2.325	Capital social realizado	15.1	5.907	3.290
Imobilizado	9	13.522	14.236	Transações de capital	15.2	1.339	1.042
Intangível		7	7	Reservas de lucros	15.3	5.212	4.525
		<u>13.746</u>	<u>17.337</u>			<u>12.458</u>	<u>8.857</u>
		<u>17.315</u>	<u>19.726</u>			<u>17.315</u>	<u>19.726</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2017	2016
<b>Receita de serviços</b>	16	4.590	6.286
Custo dos serviços prestados	18	(929)	(1.206)
<b>Lucro bruto</b>		3.661	5.080
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	18	(58)	(59)
Tributárias	18	(44)	100
Outras receitas (despesas), líquidas	17	63	1.013
		(39)	1.054
<b>Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos</b>		3.622	6.134
<b>Resultado financeiro líquido</b>	19	(462)	2.319
Receitas financeiras		103	494
Despesas financeiras		(350)	(1.293)
Variações cambiais e monetárias líquidas		(215)	3.118
Resultado de participações em investimentos		178	1.376
<b>Lucro antes dos impostos</b>		3.338	9.829
Imposto de renda e contribuição social	14.4	(996)	(2.659)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		2.342	7.170
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		0,40	2,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

### Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

---

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	2.342	7.170
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>2.342</b>	<b>7.170</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de lucros							
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Legal	Especial	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	5.351	(513)	-	-	-	-	(1.401)	3.437
Saldos em 1º de janeiro de 2016	5.351	(513)	-	-	-	-	(1.401)	3.437
Aumento de capital com imobilizado	538	-	-	-	-	-	-	538
Redução de capital	(2.599)	-	-	-	-	-	-	(2.599)
Contribuição adicional de capital reflexa NTN	-	1.555	-	-	-	-	-	1.555
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	7.170	7.170
Destinações:								
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	288	2.426	425	1.156	(4.295)	-
Recomposição da reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	230	-	(230)	-
Juros s/ capital próprio antecipado	-	-	-	-	-	-	(250)	(250)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(994)	(994)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.290	1.042	288	2.426	655	1.156	-	8.857
	3.290	1.042	-	-	-	-	4.525	8.857
Aumento de capital	3.756	-	-	-	-	-	-	3.756
Redução de capital	(1.139)	-	-	-	-	-	-	(1.139)
Contribuição adicional de capital - reversão leasing Garsol	-	297	-	-	-	-	-	297
Dividendos aprovados	-	-	-	-	-	(1.156)	-	(1.156)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	2.342	2.342
Destinações:								
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	117	-	229	1.497	(1.843)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(499)	(499)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.907	1.339	405	2.426	884	1.497	-	12.458
	5.907	1.339	-	-	-	-	5.212	12.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	2.342	7.170
Ajustes para:		
Resultado de participações em investimentos	(178)	(1.376)
Depreciação e amortização	628	822
Resultado com baixa de ativos	2	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	598	(1.661)
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(101)	(486)
Provisão para perdas com processos judiciais	15	4
Provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa	1	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	453	756
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	870	(81)
Outros ativos	8	(48)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(12)	(48)
Impostos e contribuições	288	1.553
Outros passivos	14	(33)
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>4.928</b>	<b>6.572</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Dividendos recebidos	765	-
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(63)	(44)
Resgate (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	(2.207)	2.146
Caixa absorvido na incorporação de participação acionária	339	-
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.166)</b>	<b>2.102</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Créditos para futuro aumento de capital	-	3.695
Amortizações de principal	(851)	(10.947)
Amortizações de juros	(291)	(1.309)
Dividendos pagos a acionista	(2.497)	-
Amortização arrendamento mercantil financeiros	(123)	(115)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3.762)</b>	<b>(8.676)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	2
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
<b>Receitas</b>		
Serviços e outras receitas	5.657	8.340
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(1)	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso	63	44
	5.719	8.384
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(512)	(414)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(42)	(52)
	(554)	(466)
<b>Valor adicionado bruto</b>	5.165	7.918
Depreciação e amortização	(628)	(822)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	4.537	7.096
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultado de participações em investimentos	178	1.376
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	181	654
	359	2.030
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	4.896	9.126
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e administradores</b>		
Salários e encargos	35	26
	35	26
<b>Tributos</b>		
Federais	1.535	3.232
Estaduais	328	353
Municipais	14	9
	1.877	3.594
<b>Instituições financeiras e fornecedores</b>		
Juros, variações cambiais e monetárias	642	(1.665)
Despesas de aluguéis	-	1
	642	(1.664)
<b>Acionistas</b>		
Juros sobre capital próprio	-	250
Dividendos	499	994
Lucros retidos	1.843	5.926
	2.342	7.170
<b>Valor adicionado distribuído</b>	4.896	9.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

---

## 1. A Companhia e suas operações

A Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 07 de fevereiro de 2002, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, com a missão de atuar no segmento de transporte e armazenagem de gás natural em geral, por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros.

A TAG incorporou em janeiro de 2008, a Transportadora Nordeste e Sudeste S.A. (TNS) e a Transportadora Capixaba de Gás S.A. (TCG), em agosto de 2010 a Transportadora Urucu Manaus S.A. (TUM) e em janeiro de 2012 a Transportadora Gasene S.A. (Gasene).

Em 11 de junho de 2014, os acionistas da Gaspetro, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aprovaram a redução do seu capital mediante a transferência da totalidade de sua participação na TAG para a Petrobras.

Em 15 de dezembro de 2014, por recomendação de sua controladora, a TAG exerceu a opção de compra da totalidade das ações da Nova Transportadora do Nordeste S.A. (NTN) e da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS).

Em 29 de agosto de 2016, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da TAG, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da empresa por meio de aporte de ativos da Petrobras na TAG, com base no laudo a valor contábil dos ativos.

Em 30 de novembro de 2017, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da TAG e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28 de dezembro de 2017, o aumento do capital social da Companhia, mediante o aporte de ativos pela Petrobras, com base em Laudo de Avaliação a valor contábil, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Ainda em 30 de novembro de 2017, a mesma AGE aprovou a redução de capital da TAG, por excessividade de capital e sem o cancelamento de ações, mediante a entrega de ativos para a Petrobras. Esta decisão foi rerratificada em AGE ocorrida em 28 de dezembro de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

A recuperação dos investimentos nos gasodutos está garantida pelos contratos de serviços de transporte, regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, resumidos a seguir:

- a) Malha Nordeste para 21,6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025;
- b) Sistema Gasene para 20,0 milhões de m<sup>3</sup>/dia no trecho sul e 10,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia para trecho norte, com prazo de duração de 25 anos e vigência até novembro de 2033;
- c) Urucu-Coari-Manaus para 6,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030;
- d) Pilar-Ipojuca para 15 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031;
- e) Atalaia-Laranjeiras 1,5 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 68 meses e vigência até março de 2018;

A operação e a manutenção dos gasodutos da TAG são realizadas pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

## 1.1. Reestruturação Societária

### 1.1.1. Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS

Em 19 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da TAG e, em 21 de outubro de 2016, as Assembleias de Acionistas da TAG e da NTS aprovaram o aumento de capital da NTS, com acervo líquido composto por ativos da TAG localizados na região Sudeste do país, com exceção do Sistema Gasene, e dívida representada por notas promissórias emitidas pela TAG, avaliados a valor contábil. A efetivação da operação foi condicionada à emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, das Autorizações de Operação provisórias, para permitir a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados pela TAG na NTS.

Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da TAG a redução do capital social da Companhia mediante a entrega da totalidade das ações da NTS detidas pela TAG para a Petrobras.

Em 24 de outubro de 2016, a ANP emitiu as autorizações de operação provisórias, tornando eficazes os atos societários constantes nos parágrafos anteriores, passando a Petrobras a controlar diretamente a NTS.

Em 24 de outubro de 2016, foram celebrados o sétimo aditivo ao Contrato de Formação do Consórcio - CFA que excluiu a NTS do Consórcio Malhas e o sexto aditivo ao Contrato de Operação do Consórcio com a cessão do contrato de transporte de gás natural, relativo à Malha Sudeste, do Consórcio Malhas para a NTS e a alteração do critério de rateio das receitas entre as demais consorciadas.

Em razão da mudança de contratos que regiam o Consórcio Malhas Sudeste e Nordeste, em 24 de outubro de 2016, e de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi realizada a reavaliação, conforme disposto na ICPC 03, da classificação dos acordos entre NTN e Petrobras quanto à existência de um arrendamento mercantil, tendo em vista que houve alterações nos termos dos contratos de formação e operação do consórcio.

As operações realizadas deixaram de ter característica de arrendamento mercantil financeiro, passando a ser considerados como prestação de serviço.

### 1.1.2. Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN

Em 28 de dezembro de 2017, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a incorporação da NTN, nos termos do Protocolo de Justificação, através da versão integral do patrimônio líquido da NTN para a TAG, avaliado a valor contábil no montante de R\$ 1.700 e das variações patrimoniais ocorridas após a data de emissão do laudo, no montante de R\$ 38, extinguindo e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações, conforme demonstrado a seguir:

	Acervo líquido de incorporação NTN
Disponibilidades	339
Contas a receber	115
Imobilizado	1.384
Outros ativos	1
Fornecedores	-96
Outros passivos	-5
<b>Patrimônio Líquido Incorporado</b>	<b>1.738</b>

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

A incorporação da NTN foi concebida por recomendação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, controladora da TAG, e objetivou consolidar em somente uma pessoa jurídica a malha de transporte de gás natural nas regiões norte e nordeste, acrescido do gasoduto sudeste-nordeste (GASENE), além da simplificação e otimização da estrutura societária da Companhia.

Tendo em vista que a TAG era proprietária da totalidade das ações que compunham o capital da NTN, as quais foram extintas, a operação de incorporação não produziu efeitos sobre o capital social da Companhia.

### **1.1.3. Aumento e redução de capital**

Em 30 de novembro de 2017, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da TAG e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 28 de dezembro de 2017, o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 61, mediante o aporte pela Petrobras dos ativos que compõem o trecho do gasoduto de Urucu a Coari (Garsol), avaliado a valor contábil, sem a emissão de novas ações.

Ainda em 30 de novembro de 2017, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da TAG e rerratificado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28 de dezembro de 2017, a redução de capital da TAG, por excessividade de capital e sem o cancelamento de ações, mediante a transferência para a Petrobras, no montante de R\$ 1.071, dos seguintes ativos:

- a) Fibras ópticas - R\$ 178
- b) ORSOL - R\$828
- c) Ramal Termofortaleza - R\$ 3
- d) Ramal Pecém - R\$ 56
- e) Ponto de entrega Termofortaleza - R\$ 6

Em 28 de dezembro de 2017, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a redução de capital da TAG, no montante de R\$ 68, por excessividade de capital e sem o cancelamento de ações, mediante a transferência de fibras ópticas instaladas no Gasoduto Catú-Pilar, ativos esses provenientes da incorporação da NTN pela TAG nesta mesma data.

## **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de março de 2018, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

### **2.1. Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

### **2.2. Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia**

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A “Operação Lava Jato” é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”. A Companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras foram presos, denunciados e em alguns casos condenados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros de nossos ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.



## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (Property, Plant and Equipment), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim no exercício de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa no montante de R\$ 145 de gastos capitalizados, referente a valores pagos na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Petrobras prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

### **3.1. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais**

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- 5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

---

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos prestados em colaborações premiadas, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

A Companhia tem monitorado continuamente as investigações da “Operação Lava Jato”, para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014 efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

### **4. Sumário das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

#### **4.1. Instrumentos Financeiros**

##### **4.1.1. Contas a receber**

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

##### **4.1.2. Financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando-se do método de juros efetivos.

#### **4.2. Imobilizado**

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 9.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

### **4.3. Intangível**

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos e concessões e softwares.

### **4.4. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

### **4.5. Arrendamentos mercantis**

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia era a arrendatária, ativos e passivos foram reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados eram depreciados na mesma base que a Companhia utiliza para os ativos que possui propriedade.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

### **4.6. Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

### **4.7. Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

#### **a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

### **4.8. Capital social e remuneração aos acionistas**

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

### **4.9. Subvenções e assistências governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido em conta de passivo como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

### **4.10. Reconhecimento de receitas, custo e despesas**

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural (nota explicativa 1), que inclui cláusulas de “ship or pay”, na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, os encargos de arrendamentos financeiros, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

## **5. Estimativas e julgamentos relevantes**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

### **5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela TAG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 21.

### **5.2. Tributos diferidos sobre o lucro**

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 14.1.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

---

### **6. Novas normas e interpretações**

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

#### **International Accounting Standards Board (IASB)**

##### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 9 - Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a rerepresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A Companhia não pretende rerepresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

##### **Classificação e mensuração**

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9

##### **Modificação de fluxo de caixa contratual**

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a Companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

##### **Perda no valor recuperável (Impairment)**

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A Companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais relevantes de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

---

### **IFRS 15 - Receitas de Contrato com Clientes**

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substituiu uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 - *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A Companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

### **IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"**

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 - *Agriculture* mantidos por arrendatário;
- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 - *Intangible Assets* para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

### Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

A Companhia entende que o IFRS 16 não é aplicável, devido à reestruturação societária ocorrida em 2017.

### Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers	1º de janeiro de 2018
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - <i>Leases</i>	1º de janeiro de 2019

## 7. Contas a receber

### 7.1. Contas a receber, líquidas

	2017	2016
Cientes		
Terceiros	5	4
Partes relacionadas (nota explicativa 13)	1.088	1.844
Aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC-NP (a)	2.367	59
	3.460	1.907
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(4)	(3)
<b>Total</b>	<b>3.456</b>	<b>1.904</b>

#### a) Aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC-NP

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

Em 2017, os recursos aplicados no FIDC foram parcialmente utilizados para a liquidação dos financiamentos da Companhia (nota explicativa 11).

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 22.3.



## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

---

### 8. Investimentos

#### 8.1. Mutação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2016	Dividendos	Acervo líquido incorporado NTN	Resultado de participação em investi- mentos	Saldo em 31.12.2017
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN	2.325	(765)	(1.738)	178	-

---

##### 8.1.1. Reestruturação societária

Em 28 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, ratificando a Assembleia ocorrida em 30 de novembro de 2017, aprovou a incorporação da Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN, através da versão integral do patrimônio líquido da NTN, avaliado a valor contábil, para a TAG, extinguindo e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Considerando-se que a Companhia era a detentora da totalidade das ações da NTN, a incorporação não implicou em alteração no valor de seu capital social, já que os ativos líquidos da NTN correspondiam ao investimento ora registrado pela TAG.

A incorporação faz parte de um processo de reestruturação societária cujo objetivo é a simplificação da estrutura societária, redução de custos e gestão mais eficiente dos ativos envolvidos.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 9. Imobilizado

#### 9.1. Por tipo de ativos

	Edificações e benfeitorias	Gasodutos e equip. transp.	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	203	21.961	367	22.531
Adições	-	-	44	44
Baixas	-	-	-	-
Transferências	(72)	(7.304)	(141)	(7.517)
Depreciação	(12)	(810)	-	(822)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	119	13.847	270	14.236
Custo	168	18.238	270	18.676
Depreciação acumulada	(49)	(4.391)	-	(4.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	119	13.847	270	14.236
Adições	-	-	63	63
Baixas	-	(2)	-	(2)
Reestruturação Societária (nota explicativa 1.1)	-	292	15	307
Transferências (*)	-	(452)	(2)	(454)
Depreciação	(8)	(620)	-	(628)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	111	13.065	346	13.522
Custo	168	18.148	346	18.662
Depreciação acumulada	(57)	(5.083)	-	(5.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	111	13.065	346	13.522
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	16 a 30	até 30		

(\*) Inclui o distrato do contrato de aluguel, além da transferência entre contas do ativo imobilizado.

#### 9.2. Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

Vida útil estimada	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.2017
até 5 anos	36	(35)	1
6 - 10 anos	139	(134)	5
16 - 20 anos	151	(62)	89
21 - 25 anos	7	(1)	6
26 - 30 anos	17.966	(4.897)	13.069
30 anos em diante	17	(11)	6
	18.316	(5.140)	13.176
Edificações e benfeitorias	168	(57)	111
Equipamentos e outros bens	18.148	(5.083)	13.065

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos e outros bens foi revisada em 2017, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

### 10. Fornecedores

	2017	2016
Terceiros no país	24	34
Partes relacionadas (Nota explicativa 13)	151	62
Saldo total no Passivo Circulante	175	96

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 11. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinaram à construção e ampliação da malha de gasodutos, dentre outros usos diversos.

A Companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamento (*covenants*), atendidas em 31 de dezembro de 2017, dentre elas a de apresentação das demonstrações financeiras no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do contrato. A apresentação das demonstrações financeiras nos prazos definidos contratualmente é uma exigência que consta na maioria dos contratos de financiamento e o não cumprimento pode gerar um vencimento antecipado das dívidas.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

Não Circulante	Mercado Bancário	
	2017	2016
No país		
Saldo em 1º de janeiro	3.808	16.117
Juros incorridos no período	5	5
Variações monetárias e cambiais	(23)	(2.399)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(787)	(9.915)
Saldo final em 31 de dezembro	3.003	3.808
<b>Saldo total em 31 de dezembro</b>	<b>3.003</b>	<b>3.808</b>

Circulante	31.12.2017	31.12.2016
	Endividamento de Curto Prazo	
Parcela circulante de Endividamento de Longo Prazo	855	-
Juros Provisionados	23	874
<b>Saldo total em 31 de dezembro</b>	<b>878</b>	<b>874</b>

#### 11.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Total	Valor justo
Financiamentos em Reais (R\$)	670	1.288	888	-	2.846	2.984
Indexados a taxas flutuantes	670	1.288	888	-	2.846	
Financiamentos em Dólares (US\$):	208	414	413	-	1.035	979
Indexados a taxas fixas	208	414	413	-	1.035	
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>878</b>	<b>1.702</b>	<b>1.301</b>	<b>-</b>	<b>3.881</b>	<b>3.963</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>874</b>	<b>1.681</b>	<b>1.595</b>	<b>532</b>	<b>4.682</b>	<b>4.731</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio dos financiamentos é de 2,15 anos.

#### 11.2. Garantias

Os financiamentos concedidos por instituições de fomento são garantidos pela Petrobras.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

### **12. Arrendamentos mercantis**

Em consonância com o Plano Estratégico e com o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 da Petrobras, a atividade de transporte de gás natural vem passando por adequações, de forma a manter garantido o direito da Petrobras em utilizar o sistema de transporte para o escoamento de sua produção e o atendimento a seus compromissos de venda de gás natural.

Nesse sentido, com base em estudos realizados internamente, decidiu-se pela rescisão do contrato de arrendamento financeiro do gasoduto Urucu-Coari (Garsol), celebrado com a Petrobras, e seu posterior aporte na Companhia, com conseqüente aumento de capital, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A fim de viabilizar a emissão do laudo de aporte a valor contábil, a Companhia considerou as seguintes tratativas:

- a) a rescisão do Contrato de Aluguel em vigor, isentando as partes de quaisquer penalidades ou indenizações decorrentes dessa rescisão; e
- b) a celebração de um Contrato de Comodato do Garsol, entre Petrobras e TAG, que teve por objeto dar a posse do ativo à TAG e garantir a continuidade da operação do referido gasoduto até que fosse efetivado o aporte do Garsol na TAG.

Em 16 de novembro de 2017, a Petrobras e a TAG procederam ao distrato do Contrato de Aluguel, celebrando, na mesma data, o Contrato de Comodato do ativo em referência. Este contrato possuía cláusula de encerramento automático na hipótese, entre outras, de transferência da propriedade do Garsol da Petrobras para a TAG.

Finalmente, em 30 de novembro de 2017, a Petrobras realizou o aumento de capital da Companhia mediante a transferência para a TAG da propriedade do gasoduto Urucu-Coari (Garsol).

### **13. Partes relacionadas**

#### **13.1. Transações comerciais e outras operações**

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política que orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, incluindo: (i) análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) para transações celebradas com coligadas, com a União e com sociedades controladas por pessoal chave da administração e familiares com reporte mensal destas análises realizadas ao Conselho de Administração, para as transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480/09; e (ii) aprovação prévia do Conselho de Administração para as transações envolvendo União, suas autarquias e fundações, devendo ser aprovada por no mínimo 2/3 dos seus membros.

# Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

## Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

	Petrobras	NTS	Transpetro	2017	2016
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Contas a receber por transporte de gás natural	1.076	-	-	1.076	1.842
Contas a receber por ressarcimento de gastos com projetos	-	10	-	10	-
Contas a receber por prestação de serviço de consultoria	-	2	-	2	2
<b>Total</b>	<b>1.076</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>1.088</b>	<b>1.844</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante					
Fornecedores vinculados à operação e manutenção de gasodutos	-	-	19	19	31
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	499	-	-	499	1.206
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	21
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	3.695
Outras contas a pagar	132	-	-	132	31
	631	-	19	650	4.984
Não circulante					
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	914
<b>Total</b>	<b>631</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>650</b>	<b>5.898</b>
<b>Resultado</b>					
Receitas, principalmente de serviços	5.230	25	-	5.255	8.340
Custos com serviços de operação e manutenção de gasodutos	-	-	(240)	(240)	(272)
Variações monetárias líquidas	(25)	-	-	(25)	963
Despesas financeiras líquidas	(52)	-	-	(52)	(202)
<b>Total</b>	<b>5.153</b>	<b>25</b>	<b>(240)</b>	<b>4.938</b>	<b>8.829</b>

## 13.2. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2017. Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 7, válida para o período compreendido entre abril de 2017 e março de 2018.

No exercício de 2017, a remuneração dos membros da Diretoria foi de R\$ 3.

## 14. Tributos

### 14.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante			
	2017	2016	2017	2016		
No país:						
Imposto de renda	28	118	25	38		
Contribuição social	5	9	25	19		
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>127</b>	<b>50</b>	<b>57</b>		
<b>Demais impostos e contribuições</b>						
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Impostos no país:						
Imposto de renda	-	-	12	11	-	-
Contribuição social	-	-	1	1	-	-
ICMS	1	2	-	-	37	27
PIS/COFINS	70	347	18	17	-	79
Outros impostos	9	9	-	-	6	5
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>358</b>	<b>31</b>	<b>29</b>	<b>43</b>	<b>111</b>

## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os créditos de PIS/COFINS registrados no ativo não circulante são originados das aquisições de ativos imobilizados de acordo com as Leis 10.637/2002 (PIS) e 10.833/2003 (COFINS). A administração da Companhia espera realizar estes créditos com as operações futuras.

### 14.2. Programa de Regularização Tributária - PRT

Em 4 de janeiro de 2017, foi editada a Medida Provisória nº 766, que permitiu a quitação de débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016, em discussão administrativa ou judicial, permitindo ao contribuinte quitar débitos, constituídos ou não, mediante, entre outras modalidades, o pagamento à vista e em espécie de 20% da dívida consolidada e o restante com créditos de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados por meio da Escrituração Contábil Fiscal - ECF até 29 de julho de 2016.

Em razão do PRT abranger os débitos não constituídos, verificou-se a existência de débito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurado em razão de reprocessamento da competência de outubro de 2016, decorrente da retificação do montante da despesa de depreciação considerada dedutível para fins de IRPJ e CSLL, cujo valor apontado para dedução restou menor do que o apurado anteriormente, fato que resultou em um aumento da base tributável e, por consequência, a indicação de IRPJ e CSLL a pagar.

Dessa maneira, a Companhia aderiu ao PRT, realizando compensação de 80% dos débitos com créditos de prejuízo fiscal (R\$ 32) e pagamento de 20% do valor total dos débitos indicados na modalidade à vista (R\$ 6), além de juros e multa no valor de R\$ 2.

### 14.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Imobilizado	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Contas a receber	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2016	(899)	76	1	2.088	-	36	1.302
Reconhecido no resultado do exercício	(56)	-	(2)	(686)	-	(12)	(756)
Em 31 de dezembro de 2016	(955)	76	(1)	1.402	-	24	546
Reconhecido no resultado do exercício	(278)	-	5	(239)	60	(1)	(453)
Reclassificações	(43)	77	3	-	-	(37)	-
Programa de Regularização Tributária	-	-	-	(32)	-	-	(32)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	(152)	-	-	-	-	(152)
Em 31 de dezembro de 2017	(1.276)	1	7	1.131	60	(14)	(91)
Impostos diferidos ativos							1.586
Impostos diferidos passivos							(1.040)
Em 31 de dezembro de 2016							546
Impostos diferidos ativos							1.232
Impostos diferidos passivos							(1.323)
Em 31 de dezembro de 2017							(91)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Ativos	Passivos
2018	1.231	3
2019	-	3
2020	-	3
2021	-	3
2022	-	3
2023 em diante	1	1.308
<b>Total</b>	<b>1.232</b>	<b>1.323</b>

### 14.4. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Lucro antes dos impostos	3.338	9.829
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(1.135)	(3.342)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Juros sobre capital próprio, líquidos	-	85
Incentivos fiscais	86	145
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	-	(31)
Resultado de equivalência patrimonial	60	468
Outros	(7)	16
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(996)</b>	<b>(2.659)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(453)	(756)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(543)	(1.903)
<b>Total</b>	<b>(996)</b>	<b>(2.659)</b>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	29,84%	27,05%

## 15. Patrimônio líquido

### 15.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2017 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 5.907, representado por 5.688.344.962 ações ordinárias, sem valor nominal (R\$ 3.290, representado por 5.688.344.962 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2016).

Em 27 de abril de 2017, foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da TAG o aumento do capital social da Companhia, por meio da capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 3.695, sem a emissão de novas ações.

A Assembleia Geral Extraordinária, em 30 de novembro de 2017, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 61. Essa capitalização foi efetivada por meio de aporte dos ativos, da Petrobras na TAG, que compõem o trecho do gasoduto Urucu a Coari (Garsol), conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A mesma Assembleia Geral Extraordinária, em 30 de novembro de 2017, aprovou a redução do capital social, no valor de R\$ 1.071 por excessividade de capital e sem o cancelamento de ações, com a consequente diminuição do valor das ações já existentes, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

Em 28 de dezembro de 2017, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a redução de capital da TAG, no montante de R\$ 68, por excessividade de capital e sem o cancelamento de ações, mediante a transferência de fibras ópticas instaladas no Gasoduto Catú-Pilar, ativos esses provenientes da incorporação da NTN pela TAG nesta mesma data.

### **15.2. Transações de capital**

Refere-se a transação com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de desfazimento de leasing financeiro entre empresas do mesmo grupo econômico.

O saldo anterior considera os ganhos obtidos pela diferença entre o valor pago nas aquisições das participações, estipulado contratualmente, e o patrimônio líquido das empresas TUM e Gasene, bem como ao exercício da opção de compra de 100% das ações da Nova Transportadora do Nordeste S.A. e da Nova Transportadora do Sudeste S.A., conforme previsão contratual, além de considerar o ganho gerado em função da reestruturação societária das empresas transportadoras de Gás (TAG, NTN e NTS), que encerrou o Consórcio Malhas e a consequente reversão do leasing da Petrobras com a NTN.

Em função da reestruturação societária das empresas transportadoras de Gás (TAG, NTN), o leasing da Petrobras com a TAG foi revertido na data-base 16 de novembro de 2017, gerando um ganho de R\$ 297 registrado como transação de capital.

### **15.3. Reservas de lucros**

#### **a) Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **b) Reserva de incentivos fiscais**

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2017, foram destinados do resultado R\$ 229, de incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), referentes à realização de parte dos depósitos para reinvestimento com recursos do imposto de renda, conforme determina o DL nº 1.598/77, atualizado pela Lei nº 12.973/14.

#### **c) Reserva Especial**

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

### **15.4. Dividendos**

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.



## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

### Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2017, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral de acionistas, no montante de R\$ 1.996, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	2.342
Apropriação:	
Reserva legal	(117)
Reserva de incentivo fiscal 2017	(229)
<b>Lucro básico para determinação do dividendo</b>	<b>1.996</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	499
Dividendo adicional proposto	1.497
<b>Total de dividendos propostos</b>	<b>1.996</b>

### 15.5. Resultado por ação

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista	2.342	7.170
Quantidade de ações ordinárias	5.688.345	5.688.345
Lucro líquido básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,40	2,18

### 16. Receita de serviços

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita bruta de serviços	5.428	7.319
Encargos sobre serviços	(838)	(1.033)
<b>Receita de serviços</b>	<b>4.590</b>	<b>6.286</b>

### 17. Outras receitas (despesas) líquidas

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Penalidade sobre venda de serviços (*)	36	553
Glosa faturamento contrato Urucu-Manaus	(177)	-
Baixa contas a pagar - valores prescritos	25	-
Perdas com processos judiciais	(52)	-
Subvenções e assistências governamentais	229	425
Seguros	(8)	(10)
Recuperação de despesas com NTS	6	-
Outros	4	45
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>1.013</b>

(\*) refere-se à penalidade prevista nas cláusulas de "Penalidade de Variação" dos Contratos de Serviço de Transporte celebrados com a Petrobras, reconhecida após a conclusão do levantamento de informações e alinhamento entre o carregador e o transportador sobre a metodologia.

## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

### Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

## 18. Despesas por natureza

	2017	2016
Gastos com pessoal	(35)	(26)
Depreciação e amortização	(628)	(822)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(18)	(60)
Aluguel de equipamentos, compressores e serviços de compressão	(53)	(86)
Operação e manutenção	(240)	(272)
Tributárias	(44)	100
Penalidade sobre venda de serviços	36	553
Glosa faturamento contrato Urucu-Manaus	(177)	-
Baixa contas a pagar - valores prescritos	25	-
Perdas com processos judiciais	(52)	-
Subvenções e assistências governamentais	229	425
Seguros	(8)	(10)
Outros	(3)	46
<b>Total</b>	<b>(968)</b>	<b>(152)</b>
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos e serviços prestados	(929)	(1.206)
Gerais e administrativas	(58)	(59)
Tributárias	(44)	100
Outras receitas (despesas) líquidas	63	1.013
<b>Total</b>	<b>(968)</b>	<b>(152)</b>

## 19. Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	(53)	2.948
Despesa com endividamentos	(289)	(1.225)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(342)	1.723
Encargos sobre obrigações arrendamento financeiro, líquido	(52)	(61)
Atualização monetária sobre gastos com gerenciamento de obras - NTN	(25)	-
Atualização monetária sobre arrendamento financeiro	(34)	(100)
Atualização monetária sobre dividendos	(170)	-
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	101	435
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(7)	52
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	67	270
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(462)</b>	<b>2.319</b>
Receitas	103	494
Despesas	(350)	(1.293)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(215)	3.118
<b>Total</b>	<b>(462)</b>	<b>2.319</b>

## 20. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2017	2016
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda e contribuição social	374	1.892
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	123	161

## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 21. Processos judiciais e contingências

#### 21.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para os quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2017	2016
<b>Passivo não circulante</b>		
Trabalhistas	10	5
Fiscais	11	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>5</b>
Saldo inicial	5	1
Adições líquidas	16	4
<b>Saldo final</b>	<b>21</b>	<b>5</b>

#### 21.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2017	2016
<b>Ativo não circulante</b>		
Trabalhistas	1	1
Fiscais	77	109
Cíveis	5	2
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>112</b>

#### 21.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

<b>Natureza</b>	
Fiscais	1.313
Cíveis	406
Ambientais	87
Trabalhistas	16
Outros	6
<b>Total</b>	<b>1.828</b>

## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

### Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo	
1) Aproveitamento indevido de crédito de ICMS - A.I. nº 4.026.759-3, 4.039.559-5, 4.005.552-8, 4.080.240-1, 4.075.651-8, 4.026.203, 4.042.170-3. Execuções Fiscais nº: 1500012-07.2016.8.26.0445 e 502030-61.2014.8.26.0577. Situação atual: Os processos estão em diferentes estágios de tramitação, ainda pendentes de uma decisão judicial de mérito.	568
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo	
2) Execuções Fiscais para cobrança de tributos da Gasene - 0000831-98.2014.8.08.0021, 0004187-86.2015.8.08.0047 e 0006111-84.2013.8.08.0021 Situação atual: Os processos estão em diferentes estágios de tramitação, ainda pendentes de uma decisão judicial de mérito.	340
Autor: União Federal	
3) Compensações de impostos federais não homologadas com as respectivas multas isoladas - Processos nº 16682.901.968/2016, 16682.720503/2013, 16682.721.208/2017, 16682.903.279/2017, 16682.900.017/2014 e 16682.903.277/2017 Situação atual: As referidas demandas ainda pendem de decisão administrativa pelo Fisco.	160
Autor: União Federal	
4) Não observância de requisitos para a fruição dos benefícios fiscais da SUDENE/ADENE - Processo nº 16682-720.205/2017 Situação atual: Foi interposto o Recurso Voluntário, o qual pende de julgamento.	74
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro	
5) Aproveitamento indevido de crédito de ICMS - Execuções Fiscais nº 0009088-38.2016.8.19.0021 e 2227418-41.2011.8.19.0021 Situação atual: Os processos estão em diferentes estágios de tramitação, ainda pendentes de uma decisão judicial de mérito.	65
6) Processos diversos de natureza fiscal	106
<b>Total de processos de natureza fiscal</b>	<b>1.313</b>

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
Autor: Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	
1) Perdas e danos pelo inadimplemento do contrato com o Consórcio Masa. Situação atual: Ação movida pela TAG contra o Consórcio MASA-ARG em função de inadimplemento de contrato, sendo que em 10/10/2006, o consórcio apresentou reconvenção contra a TAG. Em 08/03/2010 a TAG foi condenada em 1ª instância ao pagamento dos prejuízos do Consórcio no ano de 2005 e a devolução do seguro recebido após o ajuizamento da causa, recorrendo da sentença. Após discussões em Tribunais de instâncias inferiores, com recursos de ambas empresas, em 03/02/2014, os recursos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.	403
2) Processos diversos de natureza cível	3
<b>Total de processos de natureza cível</b>	<b>406</b>

### 21.4. Ação judicial contra a ANP, relativa à alteração da tarifa de transporte do gasoduto Urucu-Coari-Manaus

Em 24 de novembro de 2015, a TAG recebeu o Documento de Fiscalização nº 805.111.2015.33.470828, contendo Auto de Infração lavrado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP em seu desfavor por suposta violação ao art. 28, da Lei nº 11.909/2009 ("Lei do Gás"). Para isto sustentar, afirmou a ANP que a tarifa de transporte adotada no Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural celebrado em 01/12/2010 ("CST") - cujo objeto é a prestação, pela TAG, do serviço de transporte de gás natural por meio do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus para a PETROBRAS - deveria ser aprovada pela Agência. Em resumo, o ponto de divergência entre a ANP e a TAG reside no fato de que aquela sustenta ser de sua competência a aprovação da tarifa de transporte no caso em tela, pois o CST foi firmado posteriormente ao advento da Lei do Gás, merecendo tratamento semelhante ao previsto legalmente para os gasodutos ditos "novos", disciplinados pelo art. 28 do referido diploma legal.

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

No bojo do processo administrativo, a TAG sustentou, em sua defesa e posterior recurso, que, legalmente, o gasoduto Urucu- Coari-Manaus era classificado como "existente" (art. 30 e seu §2º, da Lei do Gás), pois já estava em construção quando da publicação da lei, inclusive com Licença Ambiental de Instalação já emitida, não sendo aplicáveis as disposições do artigo 28 da Lei do Gás. Desta forma, não caberia à ANP a fixação da tarifa no caso concreto, dado inexistir previsão expressa neste sentido, não podendo o administrador ampliar sua competência sem autorização legal, sob pena de afrontar o princípio da legalidade e da segurança jurídica. Ademais, atribuir tal competência à ANP em momento posterior à decisão de investimento do empreendedor geraria instabilidade regulatória e frustraria a expectativa de retorno do capital investido.

Em que pese a argumentação jurídica apresentada pela TAG, a ANP julgou, em última instância administrativa, procedente o auto de infração, aplicando a penalidade de multa em seu patamar máximo, no valor total de R\$ 2 milhões, e de suspensão parcial por 01 (um) dia das instalações do Gasoduto Urucu-Coari e Gasoduto Coari-Manaus, a ser efetuada pela redução de 2.5% dos volumes de gás natural programadas para recebimento na data da suspensão. Além de tais penalidades, a ANP notificou à TAG determinando a celebração de Termo Aditivo ao CST visando à alteração da tarifa de transporte contratualmente prevista.

Diante do encerramento da esfera administrativa e após autorização de sua Diretoria, a TAG ajuizou demanda judicial em face da ANP, autuada sob o nº 0164775 04.2016.4.02.5101, questionando: (i) a atribuição da Agência de aprovar a tarifa de transporte do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus; (ii) as penalidades administrativas aplicadas em decorrência de não constar no CST a tarifa fixada pela ANP; (iii) a Notificação que impôs à TAG a obrigação de celebrar o Termo Aditivo ao CST, de forma a contemplar tarifa de transporte inferior à contratualmente prevista. A referida ação, no valor de R\$ 836, encontra-se pendente de julgamento em 1ª instância.

Registre-se que, anteriormente ao ingresso da referida ação, a Companhia solicitou emissão de parecer por escritório externo acerca do tema, cujos termos, em síntese, encontram-se em consonância com a defesa e recurso administrativo apresentados pela TAG perante a ANP.

## **22. Gerenciamento de riscos**

A gestão da TAG é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### **22.1. Risco cambial**

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

## Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos sujeitos à variação cambial do Dólar norte-americano, conforme mencionado na Nota 11.1 cujo saldo está valorizado pela taxa de fechamento de 3,3080, em 31 de dezembro de 2017.

### a) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Em 31.12.2017	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
			(Δ de 25%)	(Δ de 50%)
Financiamentos	Dólar/Real	1.035	259	518

### 22.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

### 22.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

### 22.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

Vencimento	2018	2019	2020	2021	2022	31.12.2017
	878	851	851	764	537	3.881

## **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Notas Explicativas

*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

---

### **22.5. Seguros (não auditado)**

Para proteção de seu patrimônio a TAG transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

### **23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

Os valores justos de caixa e equivalente de caixa, do contas a receber, da dívida de curto prazo, bem como de demais ativos e passivos de longo prazo são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

# **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)*

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

---

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ERICK PORTELA PETTENDORFER  
Conselheiro

GUILHERME PONTES GALVÃO FRANCA  
Conselheiro

ANDRÉ NUNES  
Conselheiro

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

ROGÉRIO GONÇALVES MATTOS  
Diretor Superintendente

ANDRE LUIZ ROIZMAN  
Diretor Administrativo-Financeiro

FERNANDO JOSÉ ENNES DE SENNA  
Diretor Técnico-Operacional

PAULO LEONARDO MARINHO FILHO  
Diretor Comercial

ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO  
Contador  
CRC-RJ - 087118/O-3